

Handwritten signature and initials

Relatório e Contas de 2014

Relatório de Gestão

Balanço

Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório de Gestão 1

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2014

I. Enquadramento geral da actividade de cobrança desenvolvida em 2014

O ano de 2014 veio acentuar a queda de receitas da AGE COP, como era expectável, dado que não se confirmou a revisão inadiável da Lei da Cópia Privada.

Uma análise simples permite perceber onde reside a questão: a AGE COP não está a cobrar, dado que tal não está previsto na Lei, sobre instrumentos e suportes digitais que passaram a ser os mais utilizados por todos os consumidores e continua a recolher direitos sobre suportes já totalmente ultrapassados e que vão progressivamente deixando de existir no mercado.

Assim, as receitas vão diminuindo drasticamente (cerca de 91% entre 2006 e 2014) e a tendência é de se chegar a um ponto em que o que está previsto na Lei, não poderá ser facturado porque o mercado não o utiliza mais.

Pelo que 2015 poderá ser o último ano em que a actividade da AGE COP conseguirá ser exercida, com a Lei existente.

Se o Estado não tomar as medidas que constam do Programa do Governo, no sentido de integrar na Lei da Cópia Privada os instrumentos e suportes que são efectivamente usados neste momento, a AGE COP corre o risco de encerrar, como tivemos oportunidade de informar em diversas instâncias.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Os prejuízos que esta realidade tem vindo a causar aos autores e criadores, artistas e intérpretes, editores e produtores e meios de comunicação social são inúmeros e provocam danos irreversíveis na compensação equitativa que a Lei da Cópia Privada lhes devia proporcionar.

Analisando as cobranças efectuadas ao longo do ano de 2014, são de destacar os seguintes dados:

- € 599.640,61 de facturação total – este valor inclui a facturação do Departamento de Reprografia, no valor de € 6.829,95. O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, facturou, em 2014, a quantia de € 592.810,66. Assim, a facturação total deste ano teve uma quebra de 24,63% face à do ano passado, que perfaz € 795.555,84.
- Quanto aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, totalizam o valor de € 688.191,39, sendo € 7.982,38 da Reprografia e € 680.209,01 da Cópia Sonora e Audiovisual. Em 2013 as cobranças totais ascenderam a € 894.324,60, sendo portanto o valor de 2014 inferior ao do ano anterior em 23,05%.

Os valores cobrados no ano de 2014 encontram-se melhor detalhados, por mês, no **anexo 1**.

No que respeita ao **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, manteve-se a tendência de um decréscimo significativo nos valores declarados e posteriormente facturados pela AGE COP, que se tem verificado desde 2006, conforme resulta do



AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

anexo 2. Ainda assim o ratio de cobrança face aos valores declarados situa-se nos 98,71 %, conforme **anexo 3.**

Dos quadros do **anexo 2** resulta clara a confirmação da tendência de uma enorme diminuição dos suportes declarados, passando de 13.043.698 unidades em 2012, para 8.471.397 unidades em 2013 e para 6.591.552 unidades em 2014.

Os aparelhos e suportes actualmente incluídos no âmbito da remuneração pela cópia privada já estão claramente ultrapassados em termos de vendas pelos novos dispositivos de armazenamento que permitem reproduzir conteúdos protegidos e que actualmente não são objecto de remuneração, conforme já se disse atrás.

Referimo-nos aos leitores de MP3 e MP4, aos telemóveis, smartphones, tablets, cartões de memória, discos (internos e externos, que incluem os designados discos multimédia, com uma capacidade média de 500 GB), blu-ray, pen-drives, boxes digitais, entre outros dispositivos de armazenamento, com capacidades muito superiores às dos CD e DVD, que estão a cair em desuso.

A venda crescente de novos suportes que permitem efectuar reprodução de obras que não são abrangidos pela remuneração não é, no entanto, a única causa que justifica a diminuição de cobranças.

A ausência de uma fiscalização permanente e efectiva tem contribuído para que a fraude seja crescente no mercado português.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Em 2014 manteve-se a política de recuperação de crédito definida para 2012 e 2013, contudo a Direcção entende que a quantia de € 473.926,37 se afigura de cobrança improvável, dado que as empresas devedoras estão em insolvência e/ou sem meios para pagamento das dívidas.

No que respeita ao **Departamento de Reprografia**, os dados de cobrança referentes a 2014 revelam uma facturação de € 6.829,95 e recebimentos de € 7.982,38. Os dados comparativos de facturação e recebimentos encontram-se melhor detalhados no **anexo 1**.

A quebra existente demonstra que a Lei em vigor é claramente insuficiente e inadequada, causando prejuízos aos titulares de direitos que assim são coarctados do seu direito à remuneração pela reprodução que é feita das suas obras e edições.

II. Alteração da Lei – Alguns dados sobre as acções levadas a cabo pela AGE COP

As acções desenvolvidas nesta matéria, ao longo dos anos, pela AGE COP, constam, em pormenor, dos anteriores Relatórios e Contas.

Agora importa pois dar conta do que de mais importante ocorreu em **2014**:

A Direcção da AGE COP desenvolveu de novo contactos com os Grupos Parlamentares e Comissões da Assembleia da República envolvidas (1ª e 8ª), ocorrendo várias audiências ao longo do ano.

Mantivemos entretanto vários contactos com o Senhor Secretário de Estado da Cultura e com o respectivo Gabinete, bem como com a IGAC, no sentido de se apressar a indispensável revisão da Lei da Cópia Privada.

Após mais uma série de reuniões com todos os sectores representativos, o Governo aprovou a Proposta de Lei que finalmente foi enviada para o Parlamento para ser apreciada.

Foi já em 2015 que, enfim, foi aprovada a revisão da Lei, em votação realizada na Assembleia da República em 2015/02/20.

À data em que se escreve este relatório ainda não se conhece a evolução do processo legislativo, e logo a data em que será publicado o futuro diploma legal. Isto quer dizer que, na verdade, os autores e criadores já perderam mais cerca de um ano com os sucessivos atrasos, porque os efeitos da nova lei apenas produzirão resultados, seguramente, em 2016.

A Direcção da AGE COP vai, como é natural, continuar a acompanhar todo o processo no sentido de minimizar os prejuízos e otimizar os resultados no ano de 2015.

Nesta ocasião a Direcção da AGE COP acentua que, apesar das divergências que mantem quanto à Proposta do Governo, entretanto aprovada, não pode deixar de se congratular com a publicação da mesma.

III. Distribuição

Em Dezembro foi efectuada a distribuição das quantias cobradas de 1 de Dezembro de 2013 a 30 de Novembro 2014, e dos juros das aplicações financeiras efectuadas, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção, para a área do DCSA.

Foi posta à disposição dos nossos associados a quantia total de € 503.892,34, de acordo com as proporções estabelecidas nos Estatutos e na Lei e com os estabelecidos entre os produtores:

✓ SPA	€ 201.556,93
✓ GDA	€ 151.167,70
✓ GEDIPE	€ 80.239,82
✓ AUDIOGEST	€ 70.927,89

IV. Fundo cultural

O Fundo Cultural foi integralmente distribuído aos Associados.

V. Rendimentos

Os rendimentos do ano de 2014 decorrem da cobrança de quotas aos seus associados, sendo € 1.210,00 do Departamento de Reprografia e € 87.032,08 do

Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual, bem como de um acerto de contas no valor de € 16.896,17.

VI. Gastos

Os gastos de funcionamento totais foram de € 105.138,25 conforme resulta da demonstração dos resultados.

VII. Contabilidade e fiscalidade

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada, não existindo quaisquer dívidas à Administração Fiscal.

As obrigações declarativas têm sido cumpridas, nos termos definidos pelo Revisor Oficial de Contas, não existindo qualquer irregularidade.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão.

VIII. Resultados

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efectua qualquer proposta de aplicação de resultados.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada


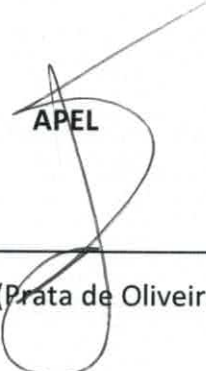

IX. Agradecimentos

A Direcção agradece a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais que acompanharam em permanência a actividade da AGE COP.

Importa finalmente agradecer a todos os Associados por todo o suporte e empenhamento que sempre evidenciaram, nomeadamente através dos seus contributos para as acções conducentes à alteração da Lei da Cópia Privada.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2015

A Direcção

SPA  _____ (João David Nunes)	APEL  _____ (Prata de Oliveira)	AUDIOGEST  _____ (Miguel Carretas)
--	--	---

Handwritten signature and initials

ANEXO 1 - FACTURADO E RECEBIDO - AGE COP - 2014

Jan-31/12/2014

Facturado Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Nota Débito Juros														
Nota Débito	140.403,60	16.431,88	-	120.586,27	48.991,35	849,69	131.122,28	2.545,89	580,34	131.285,67	-	13,69	592.810,66	-24,45%
Total	140.403,60	16.431,88	-	120.586,27	48.991,35	849,69	131.122,28	2.545,89	580,34	131.285,67	-	13,69	592.810,66	-24,45%

Facturado Reprografia

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Nota Débito Juros														
Nota Débito TA	195,86	990,48	1.160,30	1.101,92	2.206,14	692,21	21,79	203,42	289,70	224,96	479,75	172,00	6.735,45	-37,59%
Total	195,86	990,48	1.160,30	1.101,92	2.206,14	692,21	21,79	203,42	289,70	224,96	479,75	172,00	6.829,95	-37,59%

Total facturado	140.599,46	17.422,36	1.160,30	121.688,19	51.197,49	1.541,90	131.194,99	2.749,31	870,04	131.510,63	-	185,69	599.640,61	-24,63%
------------------------	-------------------	------------------	-----------------	-------------------	------------------	-----------------	-------------------	-----------------	---------------	-------------------	----------	---------------	-------------------	----------------

Recebido Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Total Recebido	50.241,84	105.517,93	45.059,70	8.377,69	66.844,05	104.857,90	23.151,74	81.283,71	47.261,15	22.638,29	63.599,17	61.380,84	680.209,01	-22,75%

Recebido Reprografia

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Total Recebido	164,93	74,72	968,08	961,11	1.965,71	1.275,78	930,43	343,89	169,75	692,39	251,95	183,64	7.982,38	-42,30%

Total recebido	50.406,77	105.592,65	46.027,78	9.338,80	68.809,76	106.128,68	24.082,17	81.627,60	47.430,90	23.330,68	63.851,12	61.564,48	688.191,39	-23,05%
-----------------------	------------------	-------------------	------------------	-----------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	-------------------	----------------

	Jan-31/12/2014	Jan-31/12/2013	Total 2013	Total prev. 2014	Var. a data %	Var. total 2013 %	Var. prev.2014 %
Facturado DCSA	592.810,66	784.612,88	784.612,88		-24,45%	-24,45%	
Facturado RPG	6.829,95	10.942,96	10.942,96		-37,59%	-37,59%	
Total facturado	599.640,61	795.555,84	795.555,84	560.000,00	-24,63%	-24,63%	7,08%
Recebido DCSA	680.209,01	880.490,12	880.490,12		-22,75%	-22,75%	
Recebido RPG	7.982,38	13.834,48	13.834,48		-42,30%	-42,30%	
Total recebido	688.191,39	894.324,60	894.324,60		-23,05%	-23,05%	

Handwritten signature and initials

ANEXO 2 - Análise dos suportes declarados de 2005 a 2014

SUPTES DECLARADOS 2005-2014 - Quadro 1

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total 2005-2014
CD 8	-	20.869,00	40.128,00	32.674,00	19.966,00	1.429,00	2.250,00	1.450,00	160,00	75,00	119.001,00
CD 8 cm	77.942,00	54.093,00	5.883,00	2.858,00	-	405,00	290,00	35,00	-	150,00	141.656,00
CD R data	46.160,170,00	47.819,170,00	34.833,258,00	28.791,391,00	19.276,811,00	11.555,121,00	8.409,318,00	7.498,096,00	4.636,844,00	3.862,558,00	212.862.837,00
CD R Audio	1.080.932,00	1.011.892,00	407.657,00	309.897,00	143.450,00	66.976,00	71.212,00	76.625,00	35.454,00	24.521,00	3.228.616,00
CD RW Data	1.162.182,00	1.346.286,00	1.103.490,00	585.181,00	1.554.011,00	270.393,00	381.434,00	72.919,00	457.236,00	54.825,00	6.987.957,00
CD RW Audio	28.597,00	13.550,00	2.919,00	2.069,00	1.109,00	1.401,00	615,00	470,00	95,00	100,00	50.925,00
DVD R	20.119.908,00	26.368.830,00	25.831.517,00	21.772.028,00	16.911.621,00	9.973.913,00	7.572.292,00	5.116.715,00	3.269.604,00	2.529.536,00	139.466.964,00
DVD RAM	23.773,00	4.002,00	1.985,00	1.633,00	1.555,00	798,00	386,00	659,00	197,00	170,00	35.158,00
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.973,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00	323.492,00	276.729,00	71.707,00	99.617,00	5.521.696,00
Total	69.326.307,00	77.770.610,00	63.238.810,00	52.416.818,00	38.556.972,00	22.236.357,00	16.762.289,00	13.043.698,00	8.471.397,00	6.591.552,00	368.414.810,00

RESUMO SUPORTES DECLARADOS À AGEOP (UNIDADES) - Quadro 2

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 2005-2014
CD R	47.319.044,00	48.906.024,00	35.286.926,00	29.136.820,00	19.440.227,00	11.623.931,00	8.483.070,00	7.576.206,00	4.672.558,00	3.907.304,00	-91,74%
CD RW	1.190.779,00	1.359.836,00	1.106.409,00	587.250,00	1.555.120,00	271.794,00	382.049,00	73.389,00	457.331,00	54.925,00	-95,39%
TOTAL CD	48.509.823,00	50.265.860,00	36.393.335,00	29.724.070,00	20.995.347,00	11.895.725,00	8.865.119,00	7.649.595,00	5.129.889,00	3.962.229,00	-91,83%
DVD R	20.143.681,00	26.372.832,00	25.833.502,00	21.773.661,00	16.913.176,00	9.974.711,00	7.573.678,00	5.117.374,00	3.269.801,00	2.529.706,00	-87,44%
DVD RW	672.803,00	1.131.918,00	1.011.973,00	919.087,00	648.449,00	365.921,00	323.492,00	276.729,00	71.707,00	99.617,00	-85,19%
TOTAL DVD	20.816.484,00	27.504.750,00	26.845.475,00	22.692.748,00	17.561.625,00	10.340.632,00	7.897.170,00	5.394.103,00	3.341.508,00	2.629.323,00	-87,37%
TOTAL	69.326.307,00	77.770.610,00	63.238.810,00	52.416.818,00	38.556.972,00	22.236.357,00	16.762.289,00	13.043.698,00	8.471.397,00	6.591.552,00	-90,49%

SUPTES VENDIDOS GFK (UNIDADES) - Quadro 3

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CD R	40.324.236,00	34.552.330,00	29.693.681,00	22.372.027,00	18.191.961,00	13.570.403,00	-	-	sem informação	sem informação
CD RW	970.217,00	1.103.107,00	1.029.243,00	574.339,00	388.130,00	305.529,00	-	-	sem informação	sem informação
TOTAL CD	41.294.453,00	35.655.437,00	30.722.924,00	22.946.366,00	18.580.091,00	13.875.932,00	11.120.632,00	5.612.265,00	-	-
DVD R	17.827.392,00	22.870.484,00	25.178.148,00	22.114.873,00	19.443.407,00	16.334.769,00	-	-	sem informação	sem informação
DVD RW	528.066,00	972.644,00	1.144.463,00	999.982,00	704.219,00	604.944,00	-	-	sem informação	sem informação
TOTAL DVD	18.355.458,00	23.843.128,00	26.322.611,00	23.114.855,00	20.147.626,00	16.939.713,00	13.704.172,00	6.200.417,00	-	-

RATIO COBRANÇA % (QUANTIDADES DECLARADAS VS. MERCADO) - Quadro 4

Referência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CD R	117,35	141,54	118,84	130,24	106,86	85,66	-	-	sem informação	sem informação
CD RW	122,73	123,27	107,50	102,25	400,67	88,96	-	-	sem informação	sem informação
TOTAL CD	117,47	140,98	118,46	129,54	113,00	85,73	79,72	136,30	-	-
DVD R	112,99	115,31	102,60	98,46	86,99	61,06	-	-	sem informação	sem informação
DVD RW	127,41	116,38	88,42	91,91	92,08	60,49	-	-	sem informação	sem informação
TOTAL DVD	113,41	115,36	101,99	98,17	87,16	61,04	57,63	87,00	-	-

Handwritten signature and initials

ANEXO 3 - Facturação e recebimentos - Audiovisual

Períodos	Faturado					Total	Recebimentos					Valores a receber de clientes	Ratio de cobrança %	
	Até 2010	2011	2012	2013	2014		2010	2011	2012	2013	2014			Total
Até ao 2.º trimestre 2006 1)	9.655.706,54		53.196,40			9.708.902,94	9.655.706,54		53.106,23	90,17		9.708.902,94	0,00	100,00
2.º trimestre de 2006	1.152.591,76		16,5			1.152.608,26	1.120.334,95	17.399,70	14.924,11	9,50	-60,00	1.152.608,26	0,00	100,00
3.º trimestre de 2006	1.728.905,23					1.728.905,23	1.438.248,22	12.755,01				1.451.003,23	277.902,00	83,93
4.º trimestre de 2006	1.684.712,62		68,25			1.684.780,87	1.610.533,86	28.793,35	63,00	5,25		1.639.395,46	45.385,41	97,31
1.º trimestre de 2007	1.623.323,28		46,13			1.623.369,41	1.623.353,28	-90,00		46,13	60,00	1.623.369,41	0,00	100,00
2.º trimestre de 2007	1.388.976,40		25,86	-16.185,19		1.372.817,07	1.371.980,35	810,86		25,86		1.372.817,07	0,00	100,00
3.º trimestre de 2007	1.341.750,48		6,56	-7.575,65		1.334.181,39	1.334.174,83			6,56		1.334.181,39	0,00	100,00
4.º trimestre de 2007	1.483.909,90		4,86			1.483.914,76	1.480.348,51			4,86	3.561,39	1.483.914,76	0,00	100,00
1.º trimestre de 2008	1.105.775,66	-5.327,10	47,26	-578,60		1.099.917,22	1.098.248,85		1.621,11	47,26		1.099.917,22	0,00	100,00
2.º trimestre de 2008	932.714,99		61,11			932.776,10	913.352,89		13.923,77	5.499,44		932.776,10	0,00	100,00
3.º trimestre de 2008	983.372,52	1.352,20	12.039,68			996.764,40	983.372,52	907,98	444,22	12.039,68		996.764,40	0,00	100,00
4.º trimestre de 2008	1.193.669,15	2.531,55	31.728,44	-3.480,75		1.224.448,39	1.170.011,10	2.007,44	532,11	29.570,69	-1.331,00	1.200.790,34	23.658,05	98,02
1.º trimestre de 2009	972.919,14	1.969,75	14.117,40		5,56	989.011,85	941.456,56	1.394,39	1.695,36	69,52		958.547,40	30.464,45	96,92
2.º trimestre de 2009	736.374,39	836,96	29.471,86			766.683,21	705.754,79	9,20	880,26	48,40		736.067,11	30.616,10	96,01
3.º trimestre de 2009	838.376,23	1.748,89	21.442,34	68,88		861.636,34	582.740,66	181.801,25	47.233,86	98,02	1.086,55	812.960,34	48.676,00	94,35
4.º trimestre de 2009	595.190,74	1.912,16	23.596,89			620.699,79	429.672,15	129.813,24	17.746,35	96,25		577.327,99	43.371,80	93,01
1.º trimestre de 2010	758.077,68	2.490,78	6.489,72		4,96	767.063,14	581.518,58	134.018,18	37.673,19	33,86	-3,69	753.240,12	13.823,02	98,20
2.º trimestre de 2010	519.044,71	15.937,73	1.841,97			536.824,41	399.030,29	134.381,17	1.705,01	966,94		536.083,41	741,00	99,86
3.º trimestre de 2010	315.591,42	143.292,39	3.482,59	122,30		462.488,70	283.069,40	172.677,94	686,49	3.511,88	2.504,49	462.450,20	38,50	99,99
4.º trimestre de 2010	474.881,40	474.881,40	3.992,94	127,50		479.001,84	476.854,35	476.854,35	708,54	3.948,23	-2.504,49	479.006,63	-4,79	100,00
1.º trimestre de 2011	341.015,07	341.015,07	5.344,22	494,60		346.853,89		340.387,83	1.912,52	4.197,55	355,99	346.853,89	0,00	100,00
2.º trimestre de 2011	318.377,02	318.377,02	2.115,06	36,80		320.528,88		317.578,69	1.236,00	152,58	1.561,61	320.528,88	0,00	100,00
3.º trimestre de 2011	359.089,95	359.089,95	5.409,25	37,40		364.536,60		340.891,82	15.452,65	108,90	2.775,73	359.229,10	5.307,50	98,54
4.º trimestre de 2011			315.585,56	55,30	-57,37	315.583,49			312.703,11	278,17	2.602,21	315.583,49	0,00	100,00
1.º trimestre de 2012			272.818,51	138,00	-98,47	272.858,04			272.254,71	202,11	401,22	272.858,04	0,00	100,00
2.º trimestre de 2012			214.511,55	350,68	-1,33	214.860,90			212.790,38	1.615,15	455,37	214.860,90	0,00	100,00
3.º trimestre de 2012			241.218,30	5.541,73		246.760,03			169.790,92	76.892,81		246.683,73	76,30	99,97
4.º trimestre de 2012				217.822,95	401,50	218.224,45				216.310,63	1.913,82	218.224,45	0,00	100,00
1.º trimestre de 2013				196.577,37	15,56	196.592,93				195.012,62	1.114,81	196.127,43	465,50	99,76
2.º trimestre de 2013				181.542,65	14,72	181.557,37				180.823,28	734,09	181.557,37	0,00	100,00
3.º trimestre de 2013				181.616,08		193.011,45				148.777,82	44.233,63	193.011,45	0,00	100,00
4.º trimestre de 2013						169.888,74					168.568,64	168.568,64	1.320,49	99,22
1.º trimestre de 2014						145.546,90					144.523,41	144.523,41	1.023,49	99,30
2.º trimestre de 2014						134.248,51					133.674,19	133.674,19	574,32	99,57
3.º trimestre de 2014						131.299,36					130.675,01	130.675,01	624,35	99,52
Juros de mora	19.950,22	12.262,97	660,30	0,00		32.873,49	19.950,22	12.262,97	660,30	0,00		32.873,49	0,00	100,00
Total	29.030.933,06	1.672.371,72	1.259.339,51	756.712,05	592.664,01	33.312.020,35	27.742.858,55	2.304.655,37	1.179.744,20	880.490,12	680.209,01	32.787.957,25	524.063,10	98,71

Balanço

2

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

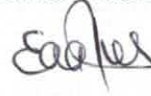
EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	767,73	556,44
Activos intangíveis	6	291,06	1.453,97
		1.058,79	2.010,41
Activo corrente			
Outras contas a receber	7	525.824,07	613.404,58
Diferimentos		1.185,03	1.276,14
Caixa e depósitos bancários	4	195.784,46	376.203,70
		722.793,56	990.884,42
Total do activo		723.852,35	992.894,83
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Dotação inicial	8	2.494,00	2.494,00
Resultados transitados	8	23.395,71	23.395,71
		25.889,71	25.889,71
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00
Total do fundo de capital		25.889,71	25.889,71
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	1.946,15	2.003,38
Estado e outros entes públicos	10	786,83	1.046,45
Associados	11	39.391,29	263.550,24
Outras contas a pagar	9	655.838,37	700.405,05
		697.962,64	967.005,12
Total do passivo		697.962,64	967.005,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		723.852,35	992.894,83

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Demonstração de Resultados por Naturezas

3

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fornecimentos e serviços externos	13	-78.039,81	-106.857,75
Gastos com o pessoal	14	-24.780,65	-114.871,27
Outros rendimentos e ganhos	12	105.138,25	227.488,70
Outros gastos e perdas		-900,00	-800,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.417,79	4.959,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-1.417,79	-4.959,68
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Demonstração dos Fluxos de Caixa

4

Entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		680.209,01	880.490,12
Reprografia		7.982,38	13.834,48
Recebimentos de quotas		88.000,00	0,00
Pagamentos de direitos		-667.164,70	-1.057.307,78
Disponibilização de fundo cultural - valores entregues		-187.309,22	-232.137,17
Pagamentos a fornecedores		-78.021,71	-114.018,75
Pagamentos ao pessoal		-25.040,27	-114.747,34
Caixa gerada pelas operações		-181.344,51	-623.886,44
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		1.391,44	11.656,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-179.953,07	-612.230,41
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-466,17	-200,98
Activos intangíveis		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-466,17	-200,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-180.419,24	-612.431,39
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	376.203,70	988.635,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	195.784,46	376.203,70

Direcção

Técnico Oficial de Contas



Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural

5

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

EURO

DESCRIÇÃO	2014	2013	%
Disponibilização de fundo cultural:			
SPA	50.409,58	81.713,69	40,00%
GDA	37.807,19	61.285,27	30,00%
GEDIPE	20.068,05	32.530,22	15,92%
AUDIOGEST	17.739,13	28.755,05	14,08% a)
Totais	126.023,95	204.284,23	100,00%
Juros das aplicações do fundo cultural:			
SPA	0,00	0,00	b)
GDA	2.784,66	3.421,69	
GEDIPE	0,00	0,00	
AUDIOGEST	0,00	0,00	b)
Totais	2.784,66	3.421,69	
Utilização de fundo cultural:			
SPA	71.450,00	40.589,46	
GDA	29.396,57	91.193,00	
GEDIPE	30.042,13	90.042,49	
AUDIOGEST	0,00	0,00	c)
Totais	130.888,70	221.824,95	
Valores não executados:			
SPA		62.310,26	
GDA		166.955,03	
GEDIPE		47.556,56	
AUDIOGEST		88.149,98	
Totais		364.971,83	
Em percentagem		7,20%	

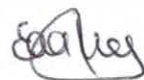
a) A quantia 39.391,29 euros da AUDIOGEST a receber em 2015.

b) n.d.

c) Prestação de contas de 2014 não disponível.

Direcção

Técnico Oficial de Contas

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

6

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2013

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2013	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período				0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO				0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 2013	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71

Técnico Oficial de Contas

[Assinatura]

[Assinatura]

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2014

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2014	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71
Alterações no período						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
Resultado líquido do período	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTENSIVO	8			0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8			0,00	0,00	0,00
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
Posição no fim do período 2014	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71

Técnico Oficial de Contas

Direção




Anexo às Demonstrações Financeiras

7

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2014

1. Identificação da entidade:

- 1 – Designação da entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
- 2 – Sede: Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa
- 3 – Natureza da actividade: A cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro

A associação tem o número de pessoa colectiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2014.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – Referencial contabilístico utilizado:

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março.



2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.



AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros activos fixos tangíveis	8 anos

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Impostos sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC.

3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efectuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objectivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

A Direcção considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direcção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não existem saldos indisponíveis para uso.



4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2014	2013
Numerário	292,79	159,38
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	125.572,66	149.180,52
Outras disponibilidades	69.919,01	226.863,80
Caixa e seus equivalentes	195.784,46	376.203,70
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	195.784,46	376.203,70
Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo	0,00	0,00

5. Activos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de activos fixos tangíveis:

Exercício de 2014

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.402,75	2.845,92	31.068,67
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.846,31	-2.845,92	-30.512,23
Valor líquido inicial	0,00	556,44	0,00	556,44
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	466,17	0,00	466,17
Abate	0,00	-1.432,79	0,00	-1.432,79
Depreciação do exercício	0,00	-254,88	0,00	-254,88
Regularização depreciações	0,00	1.432,79	0,00	1.432,79
Total de movimentos	0,00	211,29	0,00	211,29
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.436,13	2.845,92	30.102,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-23.668,40	-2.845,92	-29.334,32
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	767,73	0,00	767,73

Exercício de 2013

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.201,77	2.845,92	30.867,69
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.142,45	-2.490,18	-29.452,63
Valor líquido inicial	0,00	1.059,32	355,74	1.415,06
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	200,98	0,00	200,98
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-703,86	-355,74	-1.059,60
Total de movimentos	0,00	-502,88	-355,74	-858,62
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	25.402,75	2.845,92	31.068,67
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.846,31	-2.845,92	-30.512,23
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	0,00	556,44	0,00	556,44

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de activos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de activos fixos tangíveis.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

6. Activos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de activos intangíveis:

Exercício de 2014

Movimentos	Rubricas	
	Programas de computador	Total
Saldo inicial:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-10.244,95	-10.244,95
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido inicial	1.453,97	1.453,97
Movimentos do ano:		
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-1.162,91	-1.162,91
Imparidade do exercício	0,00	0,00
Total de movimentos	-1.162,91	-1.162,91
Saldo final:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-11.407,86	-11.407,86
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido final	291,06	291,06



Exercício de 2013

Movimentos	Rubricas	
	Programas de computador	Total
Saldo inicial:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-6.344,87	-6.344,87
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido inicial	5.354,05	5.354,05
Movimentos do ano:		
Aquisições	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-3.900,08	-3.900,08
Imparidade do exercício	0,00	0,00
Total de movimentos	-3.900,08	-3.900,08
Saldo final:		
Valor de aquisição	11.698,92	11.698,92
Depreciação acumulada	-10.244,95	-10.244,95
Imparidade acumulada	0,00	0,00
Valor líquido final	1.453,97	1.453,97

Os activos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha recta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos. Foram transferidos de activos tangíveis em curso.

7. Outras contas a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Handwritten signature and initials

O detalhe das outras contas a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2014	2013
Associadas	00,00	00,00
Entidades reprografia	4.007,57	5.150,38
Entidades audiovisual	521.541,05	608.167,21
Devedores por acréscimos	242,08	0,00
Outros devedores	33,37	86,99
	525.824,07	613.404,58
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	525.824,07	613.404,58

A Associação entende que nas entidades audiovisual a quantia de 473.926,37 euros, apesar dos esforços e tentativas de cobranças por todas as vias, consideram-se de cobrança improvável.

8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2013 e 2014, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

9. Fornecedores e outras contas a pagar:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de activos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2014	2013
Fornecedores conta corrente	1.946,15	2.003,38
Total	1.946,15	2.003,38

A rubrica de outras contas a pagar apresenta-se como segue:

Natureza	2014	2013
Credores por acréscimos	2.845,26	2.861,04
	2.845,26	2.861,04
Outros credores:		
Remunerações devidas (*)	528.083,90	616.781,33
Direitos a distribuir	88.042,83	55.832,32
Juros a distribuir	3.618,55	2.893,43
Fundo cultural	33.224,07	21.134,08
Outros	23,76	902,85
	652.993,11	697.544,01
Total	655.838,37	700.405,05

(*) Valores facturados ainda não cobrados.

10. Estado e outros entes públicos:

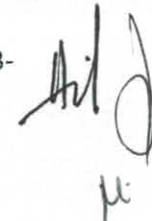
A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2014		2013	
	Activo correntes	Passivo corrente	Activo correntes	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	386,50	0,00	652,13
Contribuições para a Segurança Social	0,00	400,33	0,00	394,32
Total	0,00	786,83	0,00	1.046,45

11. Associados:

Os valores a pagar a associados respeitam aos seguintes saldos:

Descrição	2014	2013
Direitos colocados à disposição dos associados ainda não reclamados:		
Audiogest	0,00	76.607,39
Gedipe	0,00	86.664,97
	0,00	163.272,36
Fundo cultural colocado à disposição dos associados ainda não reclamado:		
Audiogest	39.391,29	67.747,66
Gedipe	0,00	32.530,22
	39.391,29	100.277,88
Total	39.391,29	263.550,24



12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos e ganhos.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2014	2013
Outros rendimentos e ganhos:		
Quotas	88.242,08	0,00
Dedução de custos de funcionamento (*)	16.017,05	225.512,23
Fundo Cultural	0,00	1.889,10
Outros	879,12	87,37
Total de outros rendimentos e ganhos	105.138,25	227.488,70

(*) Nos termos do n.º 2 do Artigo 7.º da Lei n.º 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei n.º 50/2004, de 24 de Agosto.

13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2014	2013
Trabalhos especializados	51.191,18	73.792,63
Honorários	11.132,73	15.378,74
Rendas e alugueres	8.930,04	9.769,80
Limpeza, higiene e conforto	1.338,48	1.887,93
Comunicação	1.485,25	1.878,88
Deslocações e estadas e transportes	713,40	978,75
Material de escritório	717,29	744,83
Diversos	2.531,44	2.426,19
Total	78.039,81	106.857,75

Handwritten signature and initials

14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2014	2013
Remunerações	19.368,50	46.781,45
Indemnizações do pessoal	0,00	56.226,10
Encargos sobre remunerações	4.099,22	9.994,89
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	328,34	320,72
Outros gastos com o pessoal	984,59	1.548,11
Total	24.780,65	114.871,27

Durante o exercício de 2014, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 1 funcionário.

Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

15. Acontecimentos após a data do balanço:

15.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direcção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

15.2 – Actualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram actualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

Direcção



Técnico Oficial de Contas



Certificação Legal das Contas

8



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 723.852 euros e um total de capital próprio de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

B



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório da direcção com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada em 31 de Dezembro de 2014 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório da direcção é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de Março de 2015

TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

9

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Associados da,
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
Lisboa

Em cumprimento da alínea b) artigo 17.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa acção fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direcção relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No desempenho das suas funções o Conselho Fiscal acompanhou a actividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direcção quer pelos Serviços. Por outro lado, o Conselho Fiscal, no âmbito da apreciação do relatório e contas referente ao exercício de 2014 apresentado pela Direcção, vigiou a observância da lei e dos estatutos, efectuou as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e comprovou a adequação dos critérios valorimétricos adoptados.

Após o encerramento das Contas, o Conselho Fiscal procedeu à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direcção, o qual traduz, de modo adequado, a actividade, evolução e a situação da vossa Associação.

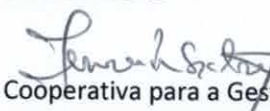
O Conselho Fiscal apreciou também a Certificação Legal das Contas elaborada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS decorrente do exame por si realizado, a qual, merecendo a nossa concordância, deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efectuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de PARECER que:


1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direcção deve ser aprovado.
2. As Contas apresentadas pela Direcção devem ser aprovadas.
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direcção deve ser aprovada.

Lisboa, 19 de Março de 2015

O CONSELHO FISCAL


GDA – Cooperativa para a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes
ou Executantes, representada por Dr.ª Teresa Oliveira - Presidente


GESTAUTOR – Associação de Gestão Colectiva de Direito de Autor,
representada por Dr.ª Adelaide Menezes Leitão - Vogal


TOCHA, CHAVES & ASSOCIADOS - SROC, representada
por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC - Vogal